

Audiência discute exportação de bovinos vivos (Não Assinado)

A Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio realiza audiência pública hoje para debater a exportação de bovinos vivos pelo Brasil. O debate foi proposto pelo deputado Dr. Ubiali (PSB-SP). Segundo ele, o objetivo é analisar a exportação brasileira de gado para o abate e identificar esse tipo de atividade econômica, confrontando com a exportação de carne refrigerada ou congelada.

O deputado espera que o debate possibilite a implantação de modernas políticas que apontem na direção da maior geração de valor agregado na indústria brasileira, como fonte de crescimento baseado na ampliação das oportunidades de emprego, de geração de renda interna e conseqüentemente, de maior consumo.

“A melhora do padrão de comércio exterior brasileiro tem efeitos positivos em termos das contas externas do país, além de ser um dos eixos estruturantes do desenvolvimento da pecuária brasileira e da cadeia produtiva da carne. A exportação de produtos primários tem características próprias que a distinguem da atividade de exportação de produtos manufaturados e de serviços”, disse Dr. Ubiali.

Foram convidados:

- a coordenadora de Operações de Crédito Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Ieda Fernandes;
- a coordenadora de Agronegócios do MDIC, Rita de Cássia Vieira;
- o secretário de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Inácio Kroetz;
- o representante da União das Indústrias Exportadoras de Carne do Pará Francisco Victor;
- o presidente da Associação Brasileira dos Exportadores de Gado em pé (ABEG), Daniel Acatauassu Freire;
- o economista e professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro Reinaldo Gonçalves;
- o assessor especial da Câmara de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior André Alvim de Paula Rizzo; e
- o gerente de Animais da Produção da WSPA Brasil Charli Ludtke.

A reunião será realizada às 14 horas no plenário 5.

Belo Monte: o paradoxo da abundância

(Edmar de Almeida)

A licitação da hidroelétrica de Belo Monte suscitou um grande debate na sociedade brasileira sobre a viabilidade econômica e ambiental do projeto. Um grande número de agentes políticos e econômicos vem apontando os aspectos negativos do ponto de vista ambiental, econômico e mesmo eleitoral do projeto. Quase sempre aqueles que buscam apontar os problemas do projeto eximem-se de analisar quais seriam as vantagens e desvantagens das alternativas energéticas a Belo Monte. E o faz porque no nosso imaginário a escassez não é uma questão a ser pensada. A falsa premissa do debate sobre Belo Monte no Brasil é que existem opções muito melhores do ponto de vista econômico e ambiental à construção da usina no rio Xingu.

Uma boa parte da polêmica em torno de Belo Monte se deve ao que podemos chamar de paradoxo da abundância. Na grande maioria dos países industrializados, o potencial energético não é abundante. Nestes países, o planejamento da expansão do setor elétrico deve gerenciar a escassez e optar entre segurança de abastecimento, modicidade tarifária e sustentabilidade ambiental. Na China, por exemplo, onde carvão é a única fonte disponível para garantir a segurança do abastecimento de eletricidade, certamente Belo Monte não geraria a mesma polêmica.

Se, por um lado, o Brasil é privilegiado, apresentando uma abundância de recursos energéticos, por outro lado, não é razoável que o debate ignore totalmente a comparação destas alternativas, como vem acontecendo. A abundância de recursos energéticos, para se transformar em vantagens comparativas para o Brasil, requer uma discussão com responsabilidade. O Brasil é o único país industrializado em que ainda existe um grande potencial de geração hidrelétrica. Este potencial foi aproveitado até o seu esgotamento na Europa e nos Estados Unidos. Ao abrir mão de aproveitar o restante do seu potencial hidráulico, o Brasil estará optando por utilizar de forma muito mais intensiva as outras fontes energéticas convencionais como óleo, carvão, gás natural e nuclear.

Vale ressaltar que o debate sobre Belo Monte não restringe à decisão de fazer ou não esta hidrelétrica específica. Discutir Belo Monte significa discutir se o país vai aproveitar ou não o potencial hidrelétrico da Amazônia. Cerca de 70% do potencial hidrelétrico brasileiro encontra-se na Região Amazônica. Certamente, boa parte das razões alegadas para não fazer Belo Monte se aplicaria também a todos os empreendimentos hidrelétricos na região. Portanto, a discussão sobre Belo Monte é fundamental para o futuro do aproveitamento hidroelétrico Brasileiro e para o futuro energético nacional.

Ao compararmos Belo Monte com as outras opções para expansão da oferta de eletricidade nos próximos anos fica claro que caso Belo Monte não se concretize o custo da nossa energia gerada e do nível das emissões de gases de efeito estufa teriam um aumento expressivo. Por um lado, não existem outros projetos hidrelétricos prontos para serem licitados para substituir o projeto Belo Monte. Por outro lado, não é razoável pensar que seria possível substituir a quantidade de energia a ser ofertada por outras fontes renováveis (eólicas, biomassa ou pequenas centrais hidrelétricas). Ou seja, se o projeto Belo Monte não for implantado, o Brasil terá que, necessariamente, aumentar a contratação de energia gerada por termelétricas movidas a gás natural e/ou carvão.

Nos últimos leilões de compra de energia organizados pela Aneel o custo da energia gerada pelas fontes alternativas a Belo Monte, sejam elas termelétricas ou renováveis, ficou, em média, o dobro do custo de Belo Monte. Assim, o debate sobre a viabilidade de Belo Monte não pode deixar de considerar o custo e os impactos ambientais das alternativas.

Partindo da premissa de que o projeto de Belo Monte deve ser prioritário para preservar a modicidade tarifária e o baixo nível de emissões no setor energético brasileiro, pode-se debater de forma responsável quais seriam as melhores opções para se implementar o projeto. Grande parte da polêmica em torno do projeto gira em torno da definição da tarifa máxima e do processo licitatório para seleção dos investidores. No novo modelo do setor elétrico brasileiro a garantia da modicidade tarifária se dá através da competição para se obter o direito de investir nos projetos de expansão da oferta. Neste sentido, quanto maior o número de participantes maior o grau de competição e menor será a tarifa resultante. Entretanto, há que se reconhecer que em se tratando de um projeto com custos de investimento da ordem de R\$ 20 bilhões, o número de consórcios em condições de participar do processo tende a ser muito pequeno.

Num contexto de um pequeno número de participantes, a definição da tarifa máxima passa a ser fundamental para garantir a modicidade tarifária. Durante todo o processo licitatório de Belo Monte apenas 3 consórcios se apresentaram. Portanto, não é sustentável a idéia de que seria melhor fixar uma tarifa máxima mais elevada para atrair um grande número de participantes para deixar o mercado definir a tarifa módica. A competição entre um número tão pequeno de atores não traz garantias de que o preço justo pudesse ser atingido via leilão. Em síntese, neste baixo nível de competição a modicidade tarifária é definida pelo preço teto. Entretanto, a fixação da tarifa máxima num patamar muito baixo pode apresentar riscos para viabilidade econômica do projeto. A sabedoria da política pública é garantir a modicidade tarifária sem colocar a viabilidade econômica do projeto.

A viabilização de projetos da envergadura de Belo Monte depende da capacidade do Estado de implementar mecanismos de coordenação e redução das incertezas, que permitam a mobilização dos recursos necessários. Ao liderar o processo de

decisão de investimento através da Eletrobrás e do BNDES, o Estado está assumindo um papel central e chamando pra si a responsabilidade de viabilização do projeto. Se, por um lado, o caráter estratégico da obra justifica um papel maior do Estado neste projeto, por outro, é legítimo que a sociedade acompanhe com atenção e debata e julgue as decisões que os agentes públicos estão tomando para viabilizar o projeto.

* Edmar de Almeida é bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Minas Gerais; Mestre em Economia Industrial pela Universidade Federal do Rio de Janeiro; Doutor em Economia Aplicada pelo Institut d'Economie et de Politique de l'Energie – IEPE – da Universidade Pierre Mendes-France, França; Professor Adjunto do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro e membro do Grupo de Economia de Energia do IE/UFRJ.